

Biopoder e Biopolítica na *práxis* de comunicação comunitária: um olhar pelo Portal Viva Favela¹

Patrícia Franck PICHLER²
Maria Ivete Trevisan FOSSÁ³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

Inserido na perspectiva comunitária da comunicação, este artigo apresenta o estudo acerca dos conceitos de biopoder e biopolítica, através dos autores Foucault, Hardt, Negri, Antoun e Malini. O objetivo é compreender a evolução teórica dos conceitos e sua atuação na prática comunicacional, propondo uma discussão inicial a respeito do tensionamento entre liberdade e controle no direcionamento de práticas sociais e culturais no ciberespaço. O contexto considerado aqui é o de projetos comunitários, com observação do caso do Portal Viva Favela.

Palavras-chave: Comunicação comunitária; Biopoder; Biopolítica.

Introdução

Estamos na era da sociedade em rede e da sociedade midiaticizada, as quais têm no discurso certa forma de dominação, a partir da qual são estabelecidas regras de integração e exclusão. Contudo, de certo modo, assim como a sociedade controla os discursos, esses também passam a controlar a sociedade, pela proporção que os meios de comunicação e os processos midiáticos assumem, devido aos avanços nas tecnologias de comunicação e informação (SODRÉ, 2007).

Não podemos mais considerar a comunicação analisando-a no paralelo entre meios de comunicação de massa e seus emissores e receptores. Faz-se obrigatório transcender esta dicotomia e visualizar a complexidade, “na qual a comunicação opera crescentemente na lógica de hipertexto, cada vez mais a partir de mídias interativas, nas quais a circulação e agenciamento de informações e símbolos são cada vez mais velozes e intensos” (HERSCHMANN, 2005, p. 3).

¹ Trabalho apresentado no GP Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UFSM. E-mail: patricia.pichler@gmail.com.

³ Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Administração da UFSM. É tutora do PET Ciências Sociais Aplicadas da UFSM. E-mail: fossa@terra.com.br.

Na sociedade em rede, observa-se a necessidade dos usuários em participar, em criar e deixar a sua versão a respeito de assuntos de seu interesse. E isso tudo é motivado pelas ferramentas e pelos aplicativos disponibilizados para a inserção dos então “receptores” no espaço dos “produtores”. “Mesmo quando assistem a vídeos on-line, aparentemente uma mera variação da TV, eles têm oportunidades de comentar o material, compartilhá-lo com os amigos, rotulá-lo, avaliá-lo ou classificá-lo e, é claro, discuti-lo com outros espectadores por todo o mundo” (SHIRKY, 2011, p. 15).

Nessa conjuntura, os *softwares* e aplicativos da internet tornam-se também meios de comunicação de onde emergem narrativas cotidianas que surgem de diversos pontos de produção, com as mais diversificadas estratégias discursivas. Ocorre, pois, “a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de elementos, para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 2). Tudo isso se configura sob específicas condições econômicas, sociais e políticas, que por tratar do contexto das sociedades pós-industriais, posiciona a comunicação midiática (considerando-se aqui o caso brasileiro) como um mercado, onde o conteúdo e as mensagens são os produtos ofertados, inseridos na ordem mercantil de produção.

Quanto à ordem mercantil no ciberespaço, vincula-se a questão da liberdade. Para Antoun e Malini (2010, p. 3), “o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo”. Os autores fazem um destaque para a ideia de que atualmente vive-se na internet “um império da liberdade mercantilizada na rede” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 3). Assim, os dispositivos da então web 2.0/3.0 tornam-se grandiosos instrumentos de “negócios com a estratégia da mercantilização da liberdade”, vendendo às pessoas o “acesso livre” às redes em troca da sua privacidade e de serem alvos da publicidade (ANTOUN e MALINI, 2010).

Nesse sentido, surge o debate acerca do biopoder no contexto problematizado, “uma nova arte de governar a liberdade dos sujeitos”, operando com mecanismos para “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por meio de um ‘a mais’ de controle e de intervenção” (FOUCAULT, 1977 apud ANTOUN e MALINI, 2010, p. 03). Em contra partida, temos a biopolítica, um “conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da

cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público [...]” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 6).

Em meio a estas duas forças acima citadas, o biopoder e a biopolítica, está a comunicação e os *media*, permeados pela atual cultura da participação e milhões de leitores/internautas/produtores, atentos às informações e preparados para criar suas versões, e assim, contribuir, a partir do que Antoun e Malini (2010) descrevem como uma comunicação partilhada. Contudo, apesar da atual lógica do ciberespaço estar marcada pela atuação dos internautas, muitos espaços mantêm a liberdade controlada por meio de estratégias que pautam esta participação, direcionando o modo de “falar sobre” determinadas temáticas.

Dessa forma, os espaços oportunizados pelas tecnologias digitais na internet, nos quais incluímos as experiências comunitárias, atuam permeando na tensão entre os dispositivos de biopoder e a práxis da biopolítica, pois se constituem como espaços de expressão livre e de criação e representação autônoma, ao passo que apresentam regras de participação e estão ancorados, por vezes, a instituições que condicionam sua atuação e manutenção.

A partir dessas compreensões e percepções iniciais, apontamos como objetivo deste artigo apresentar nosso esforço inicial na compreensão dos conceitos de biopoder e de biopolítica, desde sua origem foucaultiana até as propostas atuais com Negri e Hardt, e verificar como se apresentam e qual sua atuação no ciberespaço, considerando espaços virtuais na perspectiva comunitária. Para isso, a partir da revisão teórica acerca dos conceitos basilares aqui propostos, observamos a sistemática do projeto social *online* da ONG Viva Rio, o Portal Viva Favela, que narra o dia-a-dia, as belezas e as dificuldades das “comunidades favelas” cariocas através de um discurso enunciado por seus próprios moradores e moradoras.

Os dispositivos de biopoder e a *práxis* da biopolítica

Abordar a questão do poder torna implícita a necessidade de explorar os textos de Michel Foucault, que deixou um legado teórico a respeito do controle da sociedade sobre os indivíduos. Dentre suas muitas contribuições, estão os conceitos de biopoder e de biopolítica, que resultam das sociedades disciplinar e de controle. Partindo do poder soberano que institui a sociedade disciplinar, chegamos ao biopoder, uma forma de ajuste

dos corpos aos modos de produção determinados e dominantes, moldando o comportamento da população aos processos econômicos impostos (FOUCAULT, 2009).

Dos “corpos” subjugados como dominados surge a resistência, “a realidade biopolítica do corpo”, uma nova forma de “gestão da vida” (FOUCAULT, 1981). Essa transição histórica das formas sociais, sociedade disciplinar para sociedade de controle, elabora um novo paradigma de poder, que passa a ser reinterpretado por autores como Deleuze, Lazzarato, Pelbart, Hardt e Negri.

Na sociedade disciplinar, o paradigma de poder está baseado na disciplinaridade, através de instituições (escola, fábrica, prisão, hospital) que coordenam o que são comportamentos aceitáveis, normais ou inadequados, desviados, ocorrendo um domínio dos “corpos” dos indivíduos. Por sua vez, a sociedade de controle desenvolve-se no limiar entre a Modernidade e a Pós-Modernidade, renovando o paradigma imposto. Os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 42) e o poder passa a ser exercido mediante “máquinas”, sistemas de comunicação e de informação.

Para Foucault, a biopolítica atua em paralelo à “disciplina”, conjugando-se também como uma técnica de poder junto ao capitalismo, vinculando-se a compreensão de vida dada pelo autor, que se alinha ao sentido biológico (homem-espécie) de dominação dos corpos. Dessa forma, seu conceito de vida refere-se não somente ao indivíduo, sendo coordenado pelos poderes disciplinares, mas ao orgânico, ao grupo (população, público) e seus processos biológicos, que vive sob políticas de controle das práticas subversivas. Assim, para Foucault, “os mecanismos ‘reguladores’ instaurados pela bio-política são radicalmente diversos dos mecanismos disciplinares e remetem, ao contrário, de modo surpreendente, aos mecanismos de regulação e de produção do público” (LAZZARATO, 2003, p. 83).

Sob este prisma foucaultiano, a biopolítica se dá através dos “mecanismos reguladores que, no interior de uma população global, estejam em condições de determinar um equilíbrio, conservar uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações” (FOUCAULT, 1999, p. 162). Configura-se, a biopolítica, como uma forma de segurança do conjunto, enquanto o biopoder trata de uma “tecnologia” de adestramento.

É por situar a biopolítica vinculada aos processos biológicos da população, que o conceito passa a ser revisto e repensado por outros autores em novos contextos, dando uma nova roupagem às compreensões foucaultianas. Este percurso se dá justamente pela

vinculação da biopolítica à ideia de grupo, à população (ou ao público conforme Gabriel Tarde), pois “o corpo pode ser reduzido a organismo através do ‘enfermement’ e da disciplina, mas não o público. O público não é um fato social estático e redutível a organismo, mas uma variação, uma tendência, um tornar-se” (LAZZARATO, 2003, p. 85).

Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem um redimensionamento, apoiando-se mais na questão produtiva do ser social, contudo ainda reduzido e em um contexto que permanece encaixando a vida e os corpos dos indivíduos sobre uma perspectiva limitada do poder e do “bios” (HARDT e NEGRI, 2006). Outra linha de pensamento ao se tratar sobre estas relações de poder, as forças produtivas e os indivíduos, vem de um grupo de autores marxistas italianos, que apresentam em suas reflexões outra natureza do trabalho produtivo, o trabalho imaterial; uma força de trabalho que se constitui como intelectual, imaterial e comunicativa (HARDT e NEGRI, 2006). Entretanto, esta escola trata as “práticas trabalhistas na sociedade biopolítica apenas em seus aspectos intelectuais e incorpóreos” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 49), não dando a devida atenção aos “corpos”, à materialidade.

Feitas estas revisões, percebemos a existência de duas tendências nos estudos e nas análises propostas pelos autores aqui apresentados; ou vinculam a questão do “poder sobre a vida” demasiado próximo ao material, ao corpo, ou extrapolam na imaterialidade, dando ênfase extrema ao intelectual. O que Michael Hardt e Antônio Negri apresentam, então, é seguir por outro caminho, que podemos chamar de uma terceira linha, permitindo assim, com mais efetividade, ser compreendido e reconhecido o potencial de produção biopolítica, a biopotência (HARDT e NEGRI, 2006); uma visão biopolítica expandida. Em seus estudos acerca dos movimentos juvenis a partir do trabalho imaterial, Alexandre Barbalho explicita esta ideia.

Não se trata aqui da biopolítica no sentido foucaultiano, de exercício do poder sobre a vida; de racionalização dos problemas propostos pela população: natalidade, higiene, raças... Biopolítica que, como técnica de poder, vem complementar aquela anterior, as técnicas disciplinares que se ocupavam dos corpos individualizados no interior das instituições. [...] Em contraposição à definição de biopolítica como poder que procura regulamentar a população, recorro à utilização do termo como potência de transformação da vida ativada pela multidão (BARBALHO, 2004, p. 9).

Entendemos com este percurso teórico que “o poder disciplinar exerce-se sobre os corpos individualizados, já o biopoder encontra-se disseminado e concentra-se no Estado que pretende controlar, administrar e determinar o corpo da população, o corpo social” (SANSON, 2009, p. 210). Contudo, esse biopoder expande e passa a atuar como a sociedade

de controle, incentivando “internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (HARDT e NEGRI, 2006, p. 42-43), tornando-se difusa e internalizando o poder disciplinador (atitudes, condutas e comportamentos) (SANSON, 2009).

O movimento do poder torna-se natural, não se apresentando mais hierarquicamente, mas sim de baixo para cima. O próprio indivíduo e a população começam a se autocontrolar, ocorre uma “transferência de responsabilidades” (SANSON, 2009). Dessa forma, os próprios sujeitos passam a se exigir e a se monitorar, ou seja, já internalizaram o que se espera deles e o que devem fazer; funciona como um processo de autonomia que não necessariamente foi dada, mas que foi aceita e é autossupervisionada. Contudo, em resposta a este movimento gerado pela sociedade de controle, surge a biopolítica, gerando-se um poder de resistência com base no poder exercido (SANSON, 2009).

Sob o viés aqui considerado, a produção de biopolítica é produção da vida social. Os mesmo recursos que são utilizados para fazer com que as pessoas sigam regras e vivam dentro de uma normatização imposta, são os que as impelem para o “poder de vida”, para o seu crescimento e para o desenvolvimento das relações sociais. São, pois, recursos imateriais, considerados por Negri e Hardt como o conhecimento, a cooperação e a comunicação, que remetem ao comum e à partilha; está em cada um, mas também pertence a todos, localizando, assim, a potência da biopolítica na coletividade, na multidão.

A biopolítica, então, investe na vida, na completude do indivíduo (corpo e mente, físico e intelectual) e é dela que retira sua energia, ao contrário do biopoder, que suga suas forças. Seguindo pelo curso biopolítico, os indivíduos quando coletivizados possibilitam tornarem-se um todo comum e trabalhar em um projeto coletivo, que dá meios e poder de encontrar um resultado emancipador, que poderá refletir em mudanças positivas em seus espaços e em suas vidas.

Deste entendimento sobre poder, biopoder e biopolítica, quando se transpassa a ideia de “vida - *zôe*” (sentido biológico, o corpo) e se alcança a “vida - *bios*” (existência dotada de sentido, a população) (AGAMBEN, 2002, 2004) é que se chega à compreensão de que o Biopoder é constituidor de mecanismos e “tecnologias” de controle, por isso trata-se dos dispositivos de biopoder. Já a biopolítica representa o terreno das lutas e das resistências produtivas, são práticas sociais, ou seja, a práxis da biopolítica.

Assim, reconhecer a presença do biopoder e elevar a prática da biopolítica é entender que o poder permanece, pois é uma prática social intrínseca à sociedade que é permeada por relações de força (FOUCAULT, 1981), contudo se trata “não mais como poder sobre a vida, mas como potência da vida” (PELBART, 2003, p. 25), potência transformadora da vida através dos indivíduos, uma “forma de resistência às ações controladoras e modeladoras do biopoder” (LEÃO, 2010, p. 106).

Do biopoder à biopolítica e vice-versa: estudo de suas dinâmicas no caso comunitário “em rede”

Compreendido como imbricado em interações sociais controladas, “o biopoder vai tratar de gerir a vida em toda a sua extensão, de organizá-la, majorá-la, vigiá-la, para que possa ser incluída, de forma controlada, nos aparelhos de produção capitalistas” (TRINDADE, 2008, p. 2). Já a biopolítica, encara este poder disciplinador, retorna à vida em meio às pressões e regras que só fazem “não provocar a morte” (FOUCAULT, 1999).

Contudo, quando transpostas essas compreensões ao ambiente da internet e às dinâmicas em rede, o biopoder passa a atuar como uma liberdade negativa, conforme propõem Antoun e Malini, por meio do que é conhecido como monitoramento. Para estes autores, esta estratégia leva a um tipo de “cultura de fãs”, os quais repetem o que a mídia massiva dissemina, indo contra a criação e a liberdade preconizadas pela internet. Tem-se, dessa forma, a transformação da participação coletiva “[...] ‘em grande fábrica que monitora as atividades de todos *online*’ [...] ocupando a internet participativa com assuntos de momentos e uma agenda social efêmera e especular” (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 4).

Aos poucos, a liberdade de criar e colaborar através da rede, vai sendo substituída pelo poder que determinadas corporações têm de pagar para que alguns poucos escolhidos criem de acordo com uma demanda imposta. Instala-se, assim, o que os autores definem como um “feudalismo digital” (ANTOUN e MALINI, 2010).

Nesse sentido, a internet, na sua configuração econômica atual, veicula uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida a arquiteturas e protocolos que mantêm a cultura sobre-determinada a um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 5).

Esse novo poder insurgente se dá através da reunião dos internautas em ação coletiva, dos usuários-produtores que passam a participar ativamente, através de espaços constituídos com o objetivo da colaboração, conforme preconiza a cultura da participação da web 2.0. A internet e as mídias colaborativas “agem como uma força centrífuga, que

libera essas potências. Possibilitar que qualquer um possa colaborar já cria uma tensão entre o discurso totalizador institucionalizado e esses discursos múltiplos e mais democráticos” (TRINDADE, 2008, p. 10). Percebe-se aí, a tensão entre o controle e a cooperação, entre o instituído pela tradição e as novas alternativas, entre o biopoder e a biopolítica.

Sob esse cenário, que passa a desenvolver possibilidades de participação livre e de elaboração de conteúdos a partir dos usuários em rede, surgem espaços alternativos que contam o dia-a-dia através de um discurso próprio, com moderada censura quanto ao modo de narrar. Com isso, criam-se *sites*, comunidades virtuais, *blogs* e projetos sociais *online* que se utilizam da força de disseminação da informação pela rede *www* para propagar ideias, críticas, reivindicações.

Um exemplo é o Portal do projeto Viva Favela⁴, que a partir da estrutura e das ferramentas disponibilizadas em seu site, reúne moradores de favelas cariocas, profissionais e estudantes de comunicação e internautas interessados pelo mote da iniciativa, em prol do objetivo comum de divulgar a realidade sobre as favelas (comunidades) à sociedade. Temos assim, um discurso sobre comunidade pelas comunidades, elaborando sua compreensão e representação a respeito destas coletividades e seus espaços.

Nos últimos três anos, o projeto Viva Favela passou por transformações e assumiu o que seus idealizadores definem como uma “versão colaborativa”, na qual os internautas cadastrados podem contribuir com textos e outros produtos informativos de acordo com sua visão da favela/periferia/comunidade que conhecem. Contudo, para além desta proposta, existem noções básicas que os correspondentes precisam saber e normas que devem ser obedecidas. É claro que algumas regras são necessárias para a troca pacífica e respeitosa de informações, as quais serão divulgadas globalmente, mas até que ponto, determinadas sanções, estabelecidas pelos administradores do Portal, não limitam e pré-conduzem o que e como os correspondentes escreverão?

Ao acessar o link “Como participar”, no Portal, encontramos explicadas a dinâmica do projeto e a sistemática de postagem. Para participar, é preciso preencher um cadastro, mediante o aceite dos termos de uso. Feito isso, o então correspondente comunitário deve optar pela forma que deseja participar: em blogs do projeto ou com o envio de reportagens ao Portal. Surge aí, um primeiro sinal de orientação e normatização da participação, conforme trecho destacado abaixo.

⁴ Projeto criado em julho de 2001, pela Organização Não-Governamental Viva Rio, com sede física localizada no estado do Rio de Janeiro. O Viva Favela atua através do site, disponibilizado no endereço eletrônico www.vivafavela.com.br.

*Para a seção Reportagens, os temas e sugestões de pauta **devem ser discutidos com a equipe editorial**. A cada três meses, os correspondentes também podem participar da Revista Multimídia, publicação eletrônica preparada pelos próprios colaboradores, **sempre sob a orientação dos editores** do Viva Favela. (Link “Como participar”. Grifo nosso)*

Para escrever a reportagem sobre sua experiência em uma comunidade, embora seja possível sugerir um assunto, faz-se necessário discutir com a equipe editorial os temas sugeridos. Já a publicação da Revista Multimídia é preparada pelos participantes do projeto, seguindo o viés preconizado pela participação coletiva de mídias sociais deste cunho e pela versão colaborativa proposta pelo Viva Favela, mas há a orientação de editores, sendo a cada edição um profissional do jornalismo convidado para auxiliar. Nesse primeiro exemplo percebemos a existência de duas expressões que remetem ao entendimento do biopoder, “dever” e “sob a orientação”, que lembram as ações disciplinares citadas por Foucault.

Ainda no link “Como participar”, no subitem “Como publicar”, há um reforço da atenção dos editores quanto ao conteúdo dos textos, pois “depois de enviado, o material passa por revisão para ir ao ar”. Desse modo, há um crivo anterior e um posterior à elaboração da reportagem. Essas situações vêm ao encontro do que tratam os estudos sobre o biopoder, pois atuam como sistemas de controle, limitando a independência e vigiando; incluem-se os textos de autoria dos correspondentes comunitários, mas de forma controlada.

Na mesma página, encontramos um link que leva o visitante/correspondente ao “Quem somos”, com mais informações sobre o projeto. Neste espaço, há uma breve explicação sobre a proposta do Portal Viva Favela e seu conteúdo. Quanto a este último, fica evidenciado que há a participação de jornalistas, ou seja, a atuação de profissionais que carregam em sua prática a força de um campo legitimado pelo poder de suas informações. Além disso, sobressai assim, uma necessidade de as postagens estarem organizadas dentro de um “fazer” jornalístico que carrega o peso da tradição em seu “saber”.

Outro destaque faz referência a uma das centralidades do biopoder, a ampliação das aptidões para que o corpo atue como máquina (FOUCAULT, 1981). Nesse sentido, o Viva Favela “oferece também oficinas para a formação de correspondentes”, através de uma metodologia própria e premiada (Link “Quem somos”). No que tange a esta prática, Antoun e Malini (2010) tratam da lógica dos “pequenos Roberto Marinho” inserida no ambiente da internet participativa, ou seja, “uma classe de (micro) blogueiros e perfis de redes sociais [...], pautando-se exclusivamente por assuntos do momento” (p. 4).

Na internet, é um site cujo conteúdo é produzido por jornalistas e correspondentes comunitários, que são comunicadores moradores de favelas e periferias urbanas. Além do resultado de sua produção na web, o projeto oferece também oficinas para a formação de correspondentes. [...] Ainda antes do surgimento das atuais mídias sociais, o projeto desenvolveu metodologia própria para a formação de comunicadores locais e já recebeu diversos prêmios. (Link “Quem somos”. Grifo nosso)

Dentro da dinâmica de participação com o envio de reportagens, outra ação praticada pela sistemática do projeto na rede faz relação à liberdade negativa, uma liberdade mascarada em alguns espaços da internet, por algumas instituições. Trata-se da liberdade de criar que vai sendo travada pelo “poder de pagar para criar em rede”, que se soma aos demais atos de comando e disciplina, como sistemas de controle. O trecho apresentado abaixo foi retirado do link “Revista Viva Favela”.

Os correspondentes selecionados para terem seus conteúdos publicados na revista são remunerados para tanto e participam de reuniões de pauta virtuais, em que a experiência de troca e compartilhamento de informações ocorre entre editores e colaboradores de forma livre e espontânea. (Link “Revista Viva Favela”. Grifo nosso)

Ao pagar pela publicação, há um desvio da proposta no que se refere aos princípios da biopolítica, pois conforme Trindade (2008), esta força alternativa de luta faz resistência “às tentativas do biopoder de modular e neutralizar as redes de cooperação”. Ao lado desta ação de constituição de um quadro de “correspondentes contratados” está a reunião de pauta, uma lógica jornalística que orienta e define os parâmetros sobre o que será investigado e sob que viés o texto seguirá. Com essas práticas o projeto objetiva “formar comunicadores aptos a se expressarem livremente sobre temas de seu interesse e a utilizarem ferramentas” (Link “Programa de formação”), “tendo iniciado nova fase em 2013 para estimular a característica jornalística do conteúdo” (Link “Acervo”).

Na Política Editorial do Portal, são revelados também alguns traços que suscitam à nossa compreensão certa autoridade no fazer da proposta do projeto, segundo trecho em destaque abaixo. Como já declarado, entendemos a necessidade de algumas diretrizes para que o espaço de colaboração e de troca de informações não seja invadido por meros oportunistas ou textos que, mais que auxiliar na promoção de melhorias às comunidades apresentadas, denigram sua imagem e firam sua gente. Contudo, inquieta-nos o fato de os correspondentes não poderem expressar seus pensamentos e/ou suas experiências abertamente e com um discurso que venha totalmente ao encontro de suas práticas sociais e

culturais, sem interferências que possam reduzir o poder de expressão e de luta, que permeiam as estratégias discursivas destes sujeitos.

Se a sua colaboração não se relaciona diretamente com o foco do Viva Favela, pense se não seria melhor publicá-la em outro lugar. Cabe à equipe editorial do Viva Favela, nos casos omissos, a decisão final sobre se uma colaboração se encaixa ou não na política editorial. Para manter um conjunto coerente de colaborações com o tema proposto, nossa equipe pode entrar em contato com o autor de conteúdos sobre temas não relacionados e sugerir que seja feita alguma alteração no enfoque. (Link “Política editorial”. Grifo nosso)

Estes espaços acabam por congregam uma mistura de liberdade sujeita a condições; um imbricado de biopoder e biopolítica. Uma conjugação que transita entre a tradição do como escrever imposta por instituições que seguem o padrão da mídia massiva e o alternativo criado pela força do “livre” compartilhamento na internet.

Outro ponto que demonstra esta relação presente no contexto do projeto analisado está no grupo de empresas apoiadoras, apresentado no link “Parceiros”, que entre outras instituições, é composto por organizações do campo da mídia. Esta aproximação pode tendenciar, mesmo indiretamente, o discurso elaborado pelos correspondentes comunitários, mediante as orientações dadas pelos editores do Portal, que, por sua vez, podem também receber um direcionamento por parte dos patrocinadores/apoiadores.

Entretanto, o Portal Viva Favela, apesar de apresentar características que delineiam sua atuação dentro de um padrão controlado, também oportuniza manifestações por mudanças, queixas por melhor infraestrutura, relatos de vida e narrações de conquistas. O Portal é também um espaço que possibilita a prática da biopolítica, através da participação dos correspondentes comunitários, que se unem e cooperam para que haja as transformações pelas quais lutam.

A própria mudança na sistemática do projeto demonstra isso, ao abranger mais estados e oportunizar a narração do cotidiano de outras localidades, que precisam e querem ser ouvidas. Dessa forma, o Viva Favela preconiza “a vida como objeto”, concordando com o que Foucault apresenta sobre a força da biopolítica.

Entre abril de 2010 e maio de 2013, o site assumiu uma versão colaborativa, ampliou sua cobertura para outros estados brasileiros e passou a contar com conteúdos em vídeo e áudio. (Link “Acervo”. Grifo nosso)

Ao capacitar os participantes do projeto, que apontamos como uma ação de controle, também se está, em paralelo, contribuindo para que a expressão destes seja mais eficaz e alcance mais leitores, desenvolvendo “suas habilidades em redação e fotografia” (Link

“Acervo”). Junto à proposta de um trabalho colaborativo, o Portal deseja “formar comunicadores aptos a se expressarem livremente sobre temas de seu interesse e a utilizarem ferramentas” (Link “Programa de formação”). Desse modo, ativam uma “liberdade positiva”, que Antoun e Malini apresentam como uma maneira dos usuários

[...] constroem de forma singular, e nem por isso, disputado, conflitivo e contraditório, um campo mais extenso dos significados dos acontecimentos sociais, em que entrelaçam narrativas que esmiúçam fatos, ideias, dados, imagens, que ampliam a capacidade da rede de revelar sentidos que até então se reprimiam na lógica gatekeeper dos mídias online tradicionais (ANTOUN e MALINI, 2010, p. 7).

Esse trecho da pesquisa dos autores vem ao encontro do mote do projeto da ONG Viva Rio, que almeja “revelar sentidos que até então se reprimiam”. Os correspondentes comunitários são motivados a contar, através do que acontece em suas comunidades, suas vidas. Pela narração coletiva, que culmina em um acervo repleto de experiências diferentes, mas próximas, constituem um discurso sobre esses locais que proporciona aos demais conhecer como são de fato, pela “voz” dos moradores.

Além disso, há a ampliação desse conteúdo que, a partir do respeito à licença dos seus autores, pode ser divulgado, compartilhado, recriado, conforme demonstra o trecho trazido abaixo. Isso reforça a ação colaborativa do site e a presença da força da biopolítica da coletividade. Essa disseminação das informações, possibilitada pelo compartilhamento, auxilia na luta, fazendo frente à normalização pela resistência que gera.

*Isso significa que o material aqui exibido **pode ser reproduzido copiado, distribuído, exibido e executado**, desde que se dê crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante. **É permitido criar obras derivadas.*** (Link “Política editorial”. Grifo nosso)

Concluindo a observação acerca da presença do biopoder e da biopolítica na sistemática proposta pelo Portal do projeto Viva Favela, destacamos a existência dos comentários no funcionamento do mesmo. A cada reportagem, foto ou vídeo enviado por algum correspondente, os demais cadastrados no site podem deixar sua opinião, crítica ou sugestão. Para Antoun e Malini (2010), o comentário é “um dos maiores temores do biopoder online [...]. Este geralmente tem a função de revelar não somente omissões, mas as posições políticas, históricas e de classe do poder em rede” (p. 10).

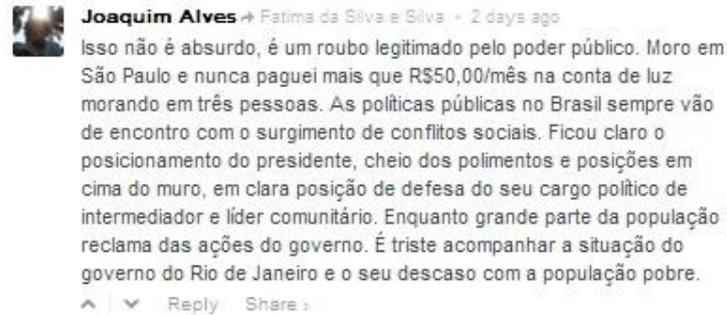


Figura 1 – Comentário da reportagem “Santa Marta rejeita título de favela modelo”.

Os correspondentes comunitários utilizam este espaço (Figura 1) para colocar seus posicionamentos a respeito do que está sendo proposto pelos colegas. Além disso, esta ferramenta não passa pelo crivo dos editores e administradores do Portal, pois é postado no momento em que é enviado, sendo a possibilidade de livre expressão na rede em questão.

Considerações Finais

Percebemos na observação feita da sistemática do Portal Viva favela, o biopoder permeando as trocas sociais online através de relações de poder. Estas relações são postas em prática e percebidas a partir da forma como são geridos e utilizados os mecanismos e aplicativos disponibilizados via internet. As regras e as condutas de uso estabelecidas em alguns sites e redes sociais virtuais tentam criar padrões em uma lógica que preconiza (ou deveria preconizar) a liberdade nas interações. Como uma resistência a estas imposições, há a biopolítica, que legitima a colaboração e demarca um campo de luta à normalização e de respeito à liberdade e às especificidades de cada sujeito na rede. O ciberespaço promove a participação e a expressão, embora algumas instituições permaneçam assumindo posições de controle; um domínio menos rígido, mas ainda assim uma força que conduz os modos de criar.

O Portal do projeto Viva Favela está oportunizando aos moradores de favelas e periferias brasileiras mostrar as suas realidades e contar os seus viveres, com reportagens, fotos e vídeos. A iniciativa parte da proposta colaborativa, na qual cada correspondente comunitário pode sugerir e criar sobre qual enfoque quer ver sua comunidade referenciada. Marcas de controle são percebidas em sua sistemática de participação, através das sugestões e edições propostas por jornalistas convidados a cada mês. Contudo, são encontradas formas para uma exposição livre das ideias, como é o caso dos comentários.

Encontramos, dessa forma, marcas de biopoder e de biopolítica no caso comunitário do Portal Viva Favela, que tenciona um pouco de convenções e de controle e outro pouco de inovação e liberdade, de práticas sociais e culturais de seus moradores, que se tornam correspondentes comunitários de seus espaços de vida e da busca pelo reconhecimento como locais nos quais há vontade de mudança, há resistência. Desse modo, colocam a biopolítica a serviço de suas lutas através da ação e da colaboração em rede, conjugando um discurso que soma as forças do convencional e do alternativo, e que busca se manter legítimo e representativo das comunidades.

Apesar de algumas estruturas, como os cursos de formação em comunicação/jornalismo e as oficinas de redação e elaboração de notícias, suscitarem uma ideia de perda de originalidade nas reportagens publicadas pelos correspondentes comunitários, precisamos ponderar que desenvolvem sua autonomia e fortalecem “sua voz” perante os meios de comunicação hegemônicos. Ampliam seus horizontes, oportunizando espaço e ferramentas para que pensem suas realidades para apresentá-las como realmente são, no site do projeto. Ao incentivar os moradores de favelas e periferias urbanas a se tornarem comunicadores e produzirem conteúdo retratando essas regiões, o Viva Favela estimula uma visão crítica sobre a realidade vivenciada por cada um e promove a cidadania e a integração social.

O funcionamento do projeto está pautado pela dinâmica virtual e pela ação coletiva livre, contudo, há também a participação de editores, jornalistas convidados que auxiliam e orientam na construção de pauta, na busca por informações e na elaboração dos textos/matérias. Devido a esta configuração, questionamo-nos quanto à liberdade e/ou possibilidade de “construir e inventar o que interessa” aos correspondentes com relação às suas comunidades e sobre o quanto estas podem realizar, por si mesmas, transformações que as conduzam a se desenvolver e se fortalecer. Será que de fato estes espaços, que têm em seus discursos a presença da biopolítica, estão contribuindo ao empoderamento dos sujeitos e das coletividades conforme enunciam e segundo preconiza o conceito?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ANTOUN, H.; MALINI, F.. **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cibercultura, do XIX Encontro da Compós. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2010.

BARBALHO, Alexandre. **O jogo das diferenças:** reflexos midiáticos e afluxos biopolíticos. Trabalho apresentado no Núcleo de Comunicação e Cultura das Minorias, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://migre.me/kurVR>>. Acesso em maio de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HARDT, M.; NEGRI, A.. **Império.** Tradução de Berilo Varga. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HERSCHMANN, Micael. **Espetacularização e alta visibilidade:** A politização da cultura hiphop no Brasil contemporâneo. In: FREIRE, João; HERSCHMAN, Micael (org.). Comunicação, cultura e consumo. A (des)construção do espetáculo contemporâneo. Rio de Janeiro: EPapers, 2005, p. 153-168. Disponível em: <<http://migre.me/kurPZ>>. Acesso em abril de 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **Para uma definição do conceito de “bio-política”.** Lugar comum, n. 5-6, 2003. P. 81 – 96. Disponível em: < <http://migre.me/jb7AX>>. Acesso em abril de 2014.

LEÃO, Lucia. **Questões biopolíticas nos processos de criação transmidiáticos.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, p. 95-107, dez. 2010.

PELBART, Peter P.. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SANSON, Cesar. **A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo.** Liinc em Revista, v.5, n.2, setembro 2009, Rio de Janeiro, p.206-214. Disponível em: < <http://migre.me/kurOt>>. Acesso em maio de 2014.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação:** criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SODRÉ, M.. **Sobre a episteme comunicacional.** Matrizes, N. 1, outubro 2007. Disponível em: < <http://migre.me/kurKz>>. Acesso em maio de 2014.

TRINDADE, C. R. C. **Biopoder, biopolítica e o Overmundo.** Trabalho apresentado no II Simpósio da ABCiber. Painel temático Política, Poder e Informação na era digital. PUC-SP, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/kurGC>>. Acesso em julho de 2013.